



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Marschall, Clédio Roberto

MOTIVAÇÕES PARA O COOPERATIVISMO NA PEQUENA PROPRIEDADE

Organizações & Sociedade, vol. 16, núm. 49, abril-junio, 2009, pp. 287-306

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638311006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MOTIVAÇÕES PARA O COOPERATIVISMO NA PEQUENA PROPRIEDADE

Clédio Roberto Marschall *

RESUMO

Arealização do presente trabalho objetiva examinar, através de um estudo de caso junto aos associados de uma cooperativa agropecuária do oeste do Paraná, a relação existente entre uma estratégia de fortalecimento do pequeno proprietário e o seu comportamento associativo. Como corolário, evidenciou-se que essa estratégia se materializa numa necessidade de defesa dos interesses econômicos, de valorização da produção e de construção da identidade do pequeno proprietário. Um outro aspecto evidenciado nos resultados do estudo de caso demonstra que o social-catholicismo, concretizado nas relações de cooperação, forneceu as bases para o desenvolvimento do associativismo da região de abrangência da cooperativa em estudo.

Palavras-chave: Pequena propriedade. Cooperativismo. Desenvolvimento regional

MOTIVATIONS FOR COOPERATIVISM IN SMALL PROPERTY

ABSTRACT

The accomplishment of the present study objectifies to examine, through a case study in the associated of a agricultural cooperative of the west of Paraná, the existent relationship between an invigoration strategy and the small proprietor's associative behavior. As corollary, it was evidenced that that strategy is materialized in a need of defense of the economic interests, production valorizing and construction of the small proprietor's identity. Another aspect evidenced in the results of the case study, demonstrates that the social-catholicism, summed up in the cooperation relationships, supplied the bases for the development of the associativism of the area of inclusion of the cooperative in study.

Key words: Small landowner. Cooperativism. Regional development

*Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Coordenador de Programas de Qualidade da Cooperativa Agroindustrial Lar. Endereço: Av. Brasília, 1220. CEP: 85884-000, Medianeira/PR. E-mail: cledio@lar.ind.br

Introdução

A importância e as alternativas para a pequena propriedade¹ familiar no Brasil tem sido objeto de intensas discussões, tanto pelos estudiosos das Ciências Sociais, no segmento acadêmico, quanto pelos movimentos sociais rurais e órgãos da esfera governamental. As condições desiguais, tanto econômicas quanto sociais, geradas especialmente no âmbito da agricultura, pelo desenvolvimento capitalista, acabaram por intensificar o processo de segregação das unidades de produção, originando uma clara divisão entre a grande e a pequena propriedade rural brasileiras, com diferenças e características importantes. As principais diferenças fazem-se evidentes quando analisadas sob a ótica do acesso aos instrumentos produtivos básicos, como crédito, insumos, máquinas e assistência técnica para a produção, em que o grande produtor, pelo seu aporte de capital, percebe maiores facilidades. Nas grandes propriedades, as extensões de terras possibilitam a formação das chamadas empresas rurais, com a exploração do capital baseada no emprego da mão-de-obra assalariada, produção em grande escala e, não raro, a agroindústria. Já a pequena unidade de produção é caracterizada, na maioria dos casos, pela limitada quantidade de área disponível e pelo baixo volume de recursos financeiros, com uma produção oriunda da força de trabalho da própria família, pequena escala e excedente de produção relativamente baixo. Além disso, a unidade familiar de produção pode ser referida como um patrimônio, um lugar de trabalho e de reprodução de relações sociais. A principal finalidade atribuída à unidade de produção familiar é a reprodução da família (LIMA, 2001).

Na Região Sul do Brasil, esses fatores de diferenciação, somados à ausência de políticas públicas para a categoria, suscitaram, na comunidade de imigrantes pequenos proprietários do Rio Grande do Sul, no final do século XIX, a necessidade de organização de um "poder de articulação para solidificar um referencial identitário e promover as mudanças sociais necessárias que assegurassem o avanço social" (SCHALLENBERGER, 2003, p. 8). A organização desse poder local decorreu da reunião dos sujeitos sociais da colonização por meio de uma rede de associações que, mediados pelas lideranças da Igreja da Imigração e inspirados na utopia do social-catolicismo, idealizaram a promoção da superação dos limites dos pequenos produtos rurais e elevação do seu nível cultural e material, através da cooperação (SCHALLENBERGER, 2001, Cap. IV).

Na consolidação dessas organizações, surgiram as primeiras associações cooperativas, inspiradas na Doutrina Social da Igreja Católica, largamente difundida pelas Encíclicas, dentre elas, a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em 1891, *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, em 1931, e *Mater et Magistra*, de João XXIII, em 1961. Esses documentos tratam de questões sociais e universalizaram-se no pós-guerra, estendendo-se a todas as classes, países e à própria sociedade internacional, ressaltando o compromisso da Igreja com a comunidade cristã ante as desigualdades existentes entre países e setores econômicos, denunciando os fenômenos da superpopulação e do subdesenvolvimento, por falta de entendimento e de solidariedade.

Destarte, embora presente na representação social ideal dos imigrantes e implementada no Rio Grande do Sul sob a condução dos agentes eclesiásticos, a doutrina social-cristã, que entende o associativismo como uma das formas de sobrevivência da pequena propriedade, se expandiu por outras áreas e regiões do país, inclusive como estratégia de ampliação das áreas de colonização.

Na Região Oeste do Paraná, que recebeu um contingente de produtores rurais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o associativismo cristão foi utilizado

¹ Considerou-se como pequenas propriedades, neste estudo, as propriedades com até 72 hectares de área, equivalente a 4 módulos fiscais da região em estudo. A Lei Federal n.º 8.629/93, também chamada "Lei Agrária", definiu a pequena propriedade como sendo a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais.

Motivações para o Cooperativismo na Pequena Propriedade

como modelo para o estabelecimento da colonização da Gleba dos Bispos, no início da década de 1960, no atual município de Missal. O cooperativismo representou, naquele ambiente de desbravamento, o meio engendrado pela Igreja para dar aos pequenos produtores, imigrantes e descendentes de imigrantes o amparo e sentido para a continuidade das atividades e, especialmente, para a sobrevivência familiar, seja no aspecto econômico ou no social, como forma de manutenção de sua identidade, através dos costumes e da religião. Fundou-se, em 1964, a partir dessa estratégia, a Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (COMASIL).

Além da necessidade da união de forças para o enfrentamento das questões relativas ao processo de colonização, como a aquisição de insumos e suprimentos, na fundação da cooperativa, já se esperava, também, proporcionar aos pequenos proprietários as condições de sobrevivência no campo ante ao fenômeno da mecanização agrícola.

O crescimento, portanto, do número de cooperativas e, também, do número de cooperados nas cooperativas existentes, especialmente pelos pequenos proprietários, tem sido creditado a uma expectativa de participação no mercado, por meio da aplicação de tecnologias de ponta para a produção, orientação técnica, acesso a insumos, armazenagem, crédito, além do envolvimento e participação social possibilitados pela organização cooperativista. Contudo, a necessidade da busca da viabilização das empresas cooperativas, integrando-se no mercado global, aliada à presença cada vez maior do capital internacional podem estar fazendo com que muitos produtores escolham outras formas alternativas de sobrevivência.

Nesse contexto, o presente estudo trata de uma reflexão acerca das motivações que levam os pequenos produtores a se organizarem de forma associativa, numa cooperativa agropecuária firmada sob bases sociais-cristãs, localizada no Oeste do Paraná, região onde o capital internacional está, também, presente com serviços e produtos atrativos, e num momento em que se questionam os objetivos e atuais rumos das cooperativas enquanto empresas.

A pré-compreensão da organização do espaço de produção da pequena propriedade no Oeste do Paraná indica, como hipóteses, que o cooperativismo se constitui numa estratégia fundamental, não única, de fortalecimento do pequeno proprietário no campo. Esse fortalecimento poderia estar vinculado à necessidades de defesa de interesses econômicos, de valorização da produção e de construção de sua identidade.

Referencial Teórico

O fenômeno do cooperativismo vem se destacando como uma das formas mais usuais de associativismo. Desde a sua aplicação considerada mais impactante, especialmente para as relações sociais entre patrões e empregados, em Rochdale, o cooperativismo tem arrebanhado adeptos e críticos, seguindo, em geral, duas análises distintas. A primeira, de caráter ideológico, prega os ideais da união e da solidariedade, no estilo "a união faz a força". A segunda assume postura mais crítica, comparando as cooperativas a qualquer empresa capitalista que objetiva, em primeira instância, o lucro.

Neste estudo, escolheu-se o referencial teórico fundado nos aspectos doutrinários do cooperativismo para interpretar as principais condicionantes da procura por uma instituição de representação democrática de interesses individuais e, ao mesmo tempo, comuns, de permanência no campo com melhores condições econômicas e sociais.

Esses referenciais doutrinários, quando aplicados às organizações cooperativistas brasileiras, além de estarem fundamentados nas idéias dos precursores do cooperativismo iniciado em Rochdale, são fortemente influenciados pela doutrina do social-catholicismo, que foi uma forma encontrada pela Igreja Ca-

tólica para abrir diálogo com a modernidade e assegurar a sua legitimidade social, fundamentada nos princípios da solidariedade e da cooperação. Não se pretende utilizar as idéias utópicas dos socialistas da época da Revolução Industrial, que, grosso modo, inspiraram alguns doutrinários cooperativistas, mas a essência da doutrina baseada na organização social-cristã, que considera como legítimo o direito de propriedade e a valorização do ser humano. A alusão ao direito de propriedade pode ser evidenciada nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Na *Rerum Novarum*, Leão XIII (1981, p. 12) afirma: "mas, e isto parece ainda mais grave, o remédio proposto está em oposição flagrante com a justiça, porque a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural".

O social-catolicismo fundamenta, portanto, a sua visão de sociedade no espirito corporativo que é, para seus doutrinários, o princípio de organização social contra toda a centralização. Visualiza, dessa forma, uma sociedade organizada a partir de cooperativas de trabalho, purificada pela ética cristã e pelo espírito comunitário, a exemplo das comunidades eclesiais.

Para abordar melhor as questões levantadas neste estudo, utilizou-se de uma abordagem conceitual sobre as determinantes do associativismo e, em especial, suas relações com a pequena propriedade.

Cooperativismo: espaço público de defesa de interesses econômicos

Um dos vieses mais utilizados pelos autores para a configuração do movimento cooperativo agropecuário é aquele que considera os fatores econômicos como principais motivadores. O associativismo faria frente, portanto, ao processo de exclusão que os pequenos proprietários seriam submetidos, dado o comportamento do ambiente econômico, cuja competição é crescente.

Na opinião de Schneider (2004), as cooperativas representam uma resposta aos problemas impostos pela globalização. Por um lado, geram empregos, por outro, representam um contrapeso à concentração de riquezas. Assim, se em nome do princípio da integração as cooperativas buscam a concentração de forças, tal concentração não representa, como no modelo capitalista, a exclusão. Trata-se de uma concentração de centenas ou milhares de associados produtores rurais, poupadore, artesanais, prestadores de serviços e consumidores. Ainda segundo Schneider (2004,p.2), "a integração/concentração de empresas que representam milhões de co-proprietários cooperativados é um processo que reforça as condições para uma melhor redistribuição da renda e das oportunidades".

Bialoskorski (2004,p.3) afirma que "os empreendimentos cooperativistas são organizações particulares, pois apresentam uma importante função pública de desenvolvimento econômico, aliada à geração e distribuição de renda e à criação de empregos, e ainda podem prover a sociedade de serviços como educação ou saúde."

Na visão de Zylbersztajn (1994), a cooperativa assume papel importante no desenvolvimento dos seus associados, especialmente, pela redução dos custos por meio do poder de barganha na comercialização de insumos e, também, pela redução de riscos associados a ações conjuntas.

O cooperativismo, nessa linha teórica, não pretende negar o capitalismo, mas enxergar o fenômeno associativo da cooperação como forma de sobrevivência nesse sistema. A ineficiência do Estado e a ausência de políticas públicas para a pequena propriedade agrícola levam os pequenos produtores a associarem seus interesses e a praticarem a cooperação como uma forma de resistência e de articulação de forças frente às demandas econômicas internas e externas, que impõem tecnologias, produtos e padrões de consumo, mormente voltados para os interesses do capital monopolista.

Em seus estudos, Lamarche (1998, p. 65) alerta sobre os três parâmetros pelos quais entende o nível de dependência das propriedades rurais, especial-

Motivações para o Cooperativismo na Pequena Propriedade

mente das pequenas: dependência tecnológica, dependência financeira e dependência de mercado. O pequeno produtor não possui condições técnicas nem econômicas para barganhar melhores condições de preços e introdução de novas tecnologias para o incremento de sua produção. Nesse caso, a organização dos agricultores em cooperativa representa um espaço público de articulação e um poder local para fazer frente às demandas externas (perspectiva macro do sistema capitalista) e para valorização da produção local no mercado globalizado.

Mecanismo de valorização da produção

A característica fundiária dos produtores familiares impõe a necessidade da busca por alternativas de produção que sejam compatíveis com a disponibilidade de espaço, recursos e capacitação da mão-de-obra. As culturas passíveis de serem produzidas nessas áreas, se comercializadas individualmente e sem um processo mínimo de agregação de valor, acabam por contribuir de maneira menos eficaz para com a manutenção da propriedade. Algumas formas de valorização da produção têm sido consideradas, como a comercialização de produtos que enfatizem as características sociais da agricultura familiar (a territorialidade do local onde os produtos são produzidos e o sabor dos alimentos) e, também, a agroindustrialização dos produtos oriundos das propriedades.

Atentando-se para a segunda forma de valorização, Nantes e Leonelli (2000) citam os vegetais minimamente processados como um exemplo de processamento industrial. Para os autores, esses vegetais são aqueles que passam por um mínimo de operações de processamento, sendo ofertados ao consumidor de forma prática e atraente. Normalmente, esse processo pode ser feito através da seleção da matéria-prima, lavagem, corte e embalagem.

No entanto, segundo Batalha; Buainain; Souza Filho (2005), uma das dificuldades encontradas pelos produtores rurais na diversificação, na valorização da produção e na exploração de vantagens potenciais dos produtos, está relacionada com a superação da restrição de escala imposta pela pequena propriedade. Essa questão influencia nas decisões dos produtores familiares não somente com relação à agregação de valor, mas também sobre a decisão dos mecanismos de comercialização e dos canais de distribuição escolhidos para a venda de seus produtos.

De acordo com Neves (1999), a pequena produção deve ser encarada sob uma ótica sistêmica, buscando produtos adequados ao consumidor, mais diferenciados e pouco suscetíveis a economias de escala. Uma das estratégias dos produtores de gerar ou agregar valor está relacionada a formas associativas de organização de agricultores familiares.

O cooperativismo agropecuário, portanto, especialmente na área de ação da Cooperativa Lar, se revelou, desde sua fundação (1964), uma opção para a inclusão dos pequenos produtores no mercado. É possível que tal necessidade de agregação de valor, seja na comercialização e mesmo na agroindustrialização da produção da pequena propriedade, tenha estimulado os produtores a se associarem no sentido de obterem maiores vantagens competitivas.

Uma possibilidade de manutenção da identidade

A abordagem das questões econômicas pode, inicialmente, ser vista apenas como simplista e racional-econômica. Contudo, a geração de excedentes econômicos apresenta-se, para efeito deste estudo, como uma reação natural à necessidade de manutenção do ente que se configura com maior importância, especialmente para os grupos étnicos e/ou sociais que constituíram as cooperativas da Região Oeste do Paraná, qual seja: a família.

Faz-se importante reforçar essa vinculação do pequeno produtor aos laços familiares, especialmente dadas as condições pelas quais surgiu a cooperativa em

estudo. Os colonizadores descendentes de imigrantes, especialmente de alemães, traziam consigo os ideais de associativismo, notadamente do cooperativismo. A doutrina religiosa, empregada desde o início da fundação das colônias, assumiu papel significativo no surgimento da cooperativa em questão. A família é tida como o espaço social pelo qual o pequeno proprietário mantém a sua identidade como agricultor, seu estilo de vida, seu modo de produção voltado à policultura, e é também nela que alimenta e fortalece seu projeto de vida de sobrevivência e de bem-estar².

A propriedade é vista como uma possibilidade de construção de um "território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores" (WANDERLEY, 1996, p. 15). A cooperativa, nesse momento, poderia estar contribuindo para a criação e recriação da identidade³ individual e para a materialização da identidade social do produtor. Por ser um processo, a identidade se define nas relações vividas no cotidiano, podendo-se dizer que a sua construção ocorre na medida em que o produtor experimenta a possibilidade de se ver como uma pessoa participante de um grupo com características próprias, procurando, nesse grupo, uma identidade como ser social, mas que também constrói sua individualidade como ser único.

O sujeito, ao mesmo tempo em que deseja o progresso técnico, quer seja para produzir mais ou para aliviar o peso de trabalho físico, luta contra a racionalidade instrumental à medida que o transforma em instrumento ou o reduz a objeto. É por isso que o sujeito da modernidade luta por liberdade, por independência, pelo exercício de suas crenças e pela prática de seus valores, enfim, uma liberdade que supõe escolhas e ao mesmo tempo a possibilidade de operá-las, em face das restrições do mundo exterior; de programar um projeto de vida, e construí-lo enquanto constrói a si mesmo como sujeito (BRANDENBURG, 1999, p. 39).

Wautier (2001), ao referir-se ao fenômeno do associativismo como um mecanismo indispensável para a democracia, afirma que

[...] bem mais que igualdade de oportunidades, é uma consciência comum de pertencer a um espaço humano que não pertence mais a uns do que aos outros; ela (a democracia) é luta contra todas as formas de intolerância, de 'normalização', de 'manipulação', de exclusão (WAUTIER, 2001, p. 27).

Segundo Abramovay (1998, p. 54), no comportamento do pequeno produtor, é possível "localizar elementos de permanência, de continuidade, de unidade de um modo de ser que exige e merece das ciências sociais uma caracterização própria".

Procedimentos Metodológicos

O objetivo da realização da pesquisa junto aos associados da Cooperativa Agroindustrial Lar foi conhecer melhor as motivações que levam o pequeno produtor a se associar na cooperativa, suas expectativas e comportamentos enquanto associado.

Para abordar a questão proposta neste trabalho, optou-se por realizar um estudo exploratório e descritivo, dado que a pesquisa exploratória tem por finalidade principal desenvolver, esclarecer e modificar idéias e conceitos, de forma a tornar mais explícito o tema ou mesmo a construir hipóteses a seu respeito (GIL,

² Entende-se como bem-estar, para efeito deste estudo, condições econômicas dignas para a manutenção da unidade familiar, assim como o acesso à educação, lazer e envolvimento social.

³ Castells (2000) define identidade como a fonte de significado e das experiências de um povo. Também é um processo de construção de significados com base em um atributo cultural; conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado. Concentra-se na identidade coletiva e concorda com o ponto de vista sociológico de que toda e qualquer identidade é construída.

1999). A pesquisa descritiva, por sua vez, tem o objetivo de traçar as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre elas, mediante a utilização de técnica de coleta de dados padronizados.

Para este estudo, em face às características da Cooperativa Lar, que é formada, mormente, por pequenos proprietários, optou-se pelo estudo de caso e, como possibilidade acessória e pela quantidade de informações e registros históricos disponíveis na cooperativa, a pesquisa documental.

O método de estudo de caso consiste numa investigação detalhada e exaustiva de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, apresentando vantagens, como: relativa simplicidade dos procedimentos e reduzidos custos de realização (implica o uso de técnicas simples para a coleta de dados e sua análise, em comparação com outros tipos de estudo), e a utilização de uma linguagem e uma forma mais acessível nos seus relatórios. Também pode ser realizado por apenas um pesquisador, ou por um pequeno grupo. O método estimula, ainda, novas descobertas, uma vez que o desenvolvimento da pesquisa pode despertar o interesse do pesquisador por outros aspectos inicialmente não considerados, muitas vezes levando a novas pesquisas. O estudo de caso permite, também, uma ênfase na totalidade: o pesquisador considera a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo. A principal desvantagem do estudo de caso é a dificuldade de generalização dos resultados obtidos, uma vez que o caso escolhido pode ser bastante anormal em relação aos demais, o que impede que se considerem os resultados da pesquisa comuns a todos os casos (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

A pesquisa documental envolve a investigação em materiais escritos, como jornais, revistas, diários, imagens, fotografias, dentre outros. Esses documentos serão considerados primários quando produzidos pelo próprio pesquisador, ou secundários, quando coletados por pessoas que não estavam presentes no momento de sua ocorrência (GODOY, 1995).

Para a verificação das hipóteses que tratam a cooperativa como um instrumento de fortalecimento da pequena propriedade e visando buscar no próprio sujeito da pequena propriedade as suas concepções e opiniões acerca do papel e das ações da organização cooperativa, realizou-se uma pesquisa de campo com a utilização de questionários, sem a presença do pesquisador. O questionário é caracterizado como um instrumento de coleta dos dados primários, constituído por uma série ordenada de perguntas respondidas por escrito com ou sem a presença do entrevistador (MARCONI & LAKATOS, 1996).

Para efeito de estudo, utilizou-se a quantidade de associados da área de ação, Oeste do Paraná, na data de 31/12/2004, perfazendo um total de 6.902 associados (RELATÓRIO E BALANÇO, 2004). Optou-se por uma amostragem probabilística simples aleatória, cujos associados foram escolhidos, *a priori* e aleatoriamente, com base na listagem de produtores associados da cooperativa, distribuídos por cada uma das 13 unidades, perfazendo um total de 257 associados (95% de confiança e 6% de erro). Para a formulação final das questões e a distribuição do questionário, foram realizados pré-testes com 5 associados, em uma das unidades da cooperativa, buscando-se avaliar o entendimento e a pertinência das questões.

O questionário, com um total de 25 perguntas abertas e fechadas, foi utilizado como forma de se medir e clarear alguns aspectos relativos às características das pequenas propriedades e dos sentimentos e opiniões dos produtores. Na primeira parte, buscou-se caracterizar o perfil da família, como origem do agricultor, escolaridade, quantidade de filhos. O segundo bloco encarregou-se de verificar o perfil da propriedade, como o tamanho, produtos cultivados ou criados, renda média e presença ou não de empregados. O último bloco objetivou obter do associado as significações da pequena propriedade para si e sua família, suas opiniões sobre a presença da cooperativa na sua vida e as motivações que o levam a se associar e a continuar sócio na cooperativa.

Resultados e Discussões

As pequenas propriedades no espaço de atuação da Lar

Considerando-se o limite de 72 hectares como base para a caracterização da pequena propriedade, constatou-se que 91% dos associados da cooperativa se enquadram nesse contexto. Com a aplicação do instrumento de pesquisa, pôde-se investigar, com maior clareza, o tamanho médio efetivo dessas propriedades, desconsideradas as áreas cultivadas sob o regime de arrendamento. Das propriedades selecionadas com área máxima de até 72 ha, obteve-se uma média geral de 22,3 ha.

Classificando-as em ordem crescente, destacam-se, entre as unidades com menores áreas médias, São Roque, Itaipulândia e Serranópolis do Iguaçu, e as unidades de Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu e Matelândia, com as maiores áreas. Entre os produtores que possuem área arrendada (27%), a média de hectares arrendados por produtor é de 15,1.

Os dados mostram que, apesar do transcurso de mais de 30 anos do início dessas comunidades, essas propriedades, grosso modo, ainda preservam a estrutura fundiária definida quando do estabelecimento das frentes de colonização que fomentaram o desenvolvimento da Região Oeste do Paraná, especialmente a partir do final de 1950 e durante a década de 1960, cujas áreas de terras foram divididas, em média, com 25 hectares.

Apesar de algumas localidades terem concentrado seu fluxo populacional mais intenso em épocas mais recentes, em média, a metade dos locais participantes da área de ação da Cooperativa Lar experimentou um crescimento populacional na área rural mais significativo a partir da década de 1960. No município de Missal, esse fenômeno assume sentido particular, uma vez que foi naquela década que se desencadeou o processo de colonização, baseado nas relações de cooperação, que deram origem à cooperativa (1964) e que, por sua vez, serviu como instrumento para a viabilização dos pequenos proprietários e para a edificação dos espaços públicos que pudessem atender às suas demandas sociais, culturais, assistenciais e econômicas.

As atividades e a produção na pequena propriedade

Uma das características principais da pequena unidade de produção (ou pequena propriedade) é a sua dificuldade em realizar a produção em escala, diferentemente das grandes propriedades, cujo excedente pode ser gerado com maior facilidade pelo volume de produção, em função da diluição de alguns custos, especialmente os fixos, como mão-de-obra, equipamentos, dentre outros. Para a pequena propriedade, a diversificação da produção, com a introdução de atividades aplicáveis em pequenas extensões de terra e com moderada exigência de mão-de-obra, passa a ser uma saída para a sua viabilização. Nas propriedades associadas à Lar, 53,8%, em média, exploram economicamente mais de uma atividade. O número médio de atividades⁴ exploradas economicamente por propriedade foi de 1,7, demonstrando uma configuração de diversificação de atividades.

Individualizando por cultura, entre todos os associados pesquisados que cultivavam cereais, 82,4% cultivam soja, 72,8% cultivam milho e 27,7% cultivam trigo. Tanto na soja quanto no milho, as propriedades localizadas na região de Santa Helena, Missal e Itaipulândia são as mais representativas em termos de número de produtores que se dedicam a essas culturas. As que menos atuam no cultivo da soja são Ramilândia, São Roque e Diamante do Oeste, unidades que estão

⁴ Considerou-se como atividades: agricultura (soja, milho, trigo, feijão), avicultura de corte, hortigranjeiros, mandioca, suinocultura, leite, fumo, dentre outras.

entre as que apresentam maior número de propriedades diversificadas. Já o milho é menos cultivado nas propriedades de Diamante do Oeste, Matelândia, São Roque e Céu Azul.

**Caracterização dos pequenos proprietários associados:
de quem estamos falando?**

A abordagem de um tema que tem como origem e foco o seu próprio sujeito, pressupõe a necessidade de um conhecimento adequado sobre suas principais características. Como estamos tratando de pequenos proprietários rurais que se instalaram na região em estudo por volta de 1960-1970, foram pesquisados, fundamentalmente, suas características etárias, nível educacional e estrutura familiar. Essas informações poderão ilustrar a atual situação do pequeno proprietário rural associado e da pequena agricultura, especialmente na questão de sua continuidade.

Características etárias e nível de educação formal dos associados

Na questão da idade, a média geral dos pequenos proprietários associados ficou em 49,8 anos.

Considerando-se a classificação etária média, é possível constatar um quadro social adulto maduro, tendo em vista que a idade adulta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vai até os 60 anos⁵. O cálculo da mediana, ou seja, o número central de um conjunto de números, possibilitou a informação de que a metade dos sócios pesquisados tem mais de 50 anos de idade. Esses níveis etários parecem ser uma constância no meio cooperativista agropecuário. Segundo Leonardo Boesche, da Gerência de Desenvolvimento Humano do SESCOOP/PR, “apesar de não se terem estudos aprofundados sobre a questão etária, é possível afirmarmos que a Cooperativa Lar é ainda uma das cooperativas com o quadro social de menor faixa etária média” (informação verbal)⁶.

Quando se tabula a faixa etária com o tempo médio de permanência como sócio, que, na média, ficou em 16,4 anos, pode-se perceber, numa primeira análise, um claro comportamento de confiança do produtor em relação à cooperativa e de interesse de continuidade de relações, uma vez que o associado ingressa e permanece na cooperativa.

Fica evidente, contudo, numa segunda análise, a necessidade de uma reflexão mais profunda e da tomada de ações no que diz respeito à faixa etária dos associados. O incremento de políticas de renovação do quadro, especialmente a partir do incentivo da própria cooperativa e também do Estado, visando à permanência do jovem no campo, poderiam ser algumas das medidas. Num estudo dedicado a essa temática, analisando o imaginário dos jovens rurais, Carneiro (1999) afirma que as respostas dos jovens para esse fenômeno apontam para a ausência de condições para o desenvolvimento das pessoas, o que é traduzido por: falta de recursos (educação e comércio), falta de agitação (lazer), busca de um maior crescimento pessoal, a distância da cidade, falta de opções de trabalho qualificado como os de níveis técnico e superior.

Na questão da educação formal, buscou-se conhecer a escolaridade média dos associados por unidade. De maneira geral, constatou-se que a maioria dos associados está entre os que não completaram e os que completaram o ensino primário (fundamental). Aproximadamente, 16% completaram o segundo grau, 2% possuem curso superior e 0,7% possuem pós-graduação. Os analfabetos somam aproximadamente 3%.

Constatou-se que se trata de produtores associados com poucos anos de estudo, o que, de uma ou de outra forma, acaba repercutindo sobre o seu desem-

⁵ Pessoas com idade igual ou maior que 60 anos são classificadas como idosas.

⁶ Comunicação pessoal obtida do autor em 22/07/2005.

penho econômico, quando da necessidade de inserção no mercado, especialmente na aquisição ou comercialização de sua produção. Numa visão econômica, a cooperativa pode ser vista como o apoio e o meio pelo qual o associado pequeno proprietário obtém conhecimento, aconselhamento e tecnologia para sua sobrevivência.

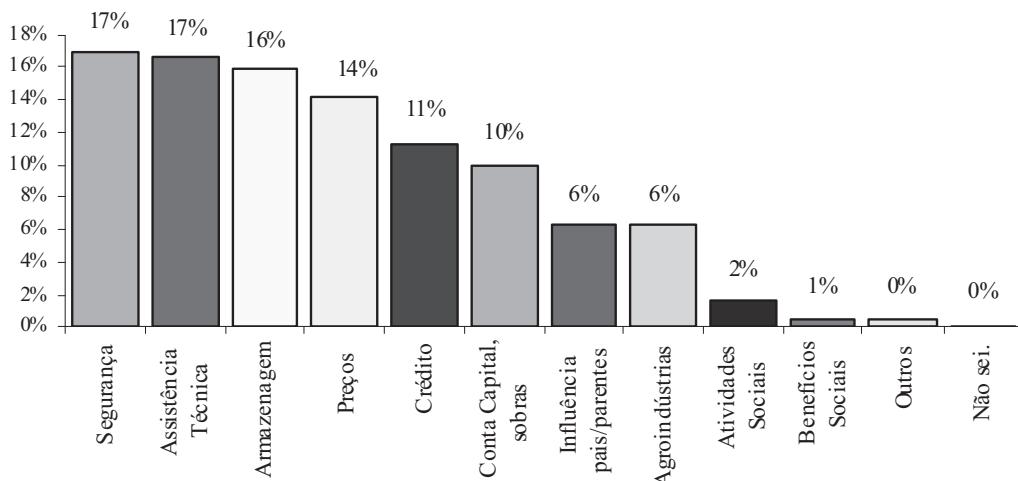
Os pequenos proprietários associados e suas relações com a cooperativa

A investigação acerca das relações vivenciadas entre o pequeno proprietário e a cooperativa torna-se importante na medida em que se pode avaliar, com base na expressão dos próprios associados, o seu nível de participação e visão de mundo a respeito de alguns conceitos – como propriedade, cooperativismo –, bem como os motivos que os levaram e os levam a buscar essa forma de associativismo. Entende-se que, com esses e outros indicadores, será possível compreender se essas motivações, efetivamente, fazem parte de uma estratégia de fortalecimento da pequena propriedade, materializada na necessidade de defesa de interesses econômicos, de valorização da produção e de construção da identidade.

Motivações para a associação

Ao se elaborar uma tese de que os associados pequenos proprietários buscam nas relações de cooperação uma forma de fortalecimento da sua propriedade, julga-se necessário, dentre outros indicadores, verificar, efetivamente, os motivos que levaram os associados a ingressarem na cooperativa. O gráfico mostra esses reais motivos.

Figura 1 - Motivações para a Associação na Cooperativa



Observe-se que a necessidade de fortalecimento pode ser materializada nos primeiros três itens evidenciados no resultado da pesquisa. A cooperativa representou, para esses associados, uma segurança frente ao mercado que se apresentava emergente e, ao mesmo tempo, para os menos preparados e com poucos recursos, excludente. Segurança esta traduzida numa confiança que não era reproduzida pelas grandes empresas de capital nacional e internacional cada vez mais presentes, crescentes e, ao mesmo tempo, volúveis, ou seja, sem expectativas de fixação de raízes na região e com interesses especulativos e capitalistas. A cooperativa representou, também, uma segurança em relação às demais

cerealistas da própria região, que, apesar de serem também opções, acabaram por prejudicar muitos pequenos produtores, que se deparavam com o produto entregue, mas com dificuldades para receber a remuneração devida, uma vez que as empresas permaneciam por pouco tempo na região ou mesmo quebravam.

A questão da segurança como forma de fortalecimento das pequenas propriedades fica mais visível quando se observam as propriedades da unidade de Missal, onde se originou a cooperativa. Essa unidade obteve a maior média entre todas as unidades, ou seja, 25% dos associados afirmaram ser por segurança os motivos pelos quais se associaram, enquanto que, nas demais unidades, a média para esse item foi de 17%.

A assistência técnica, também, pode ser considerada como parte de uma estratégia de fortalecimento da pequena propriedade. Considerando o seu nível de educação formal e técnica relativamente baixo, além de os recursos para o investimento em treinamento e tecnologias serem escassos, os pequenos proprietários analisam como prudente e necessário unirem forças e buscarem tecnologia e conhecimento necessários para a viabilização da propriedade, capacitando-se melhor para poder enfrentar o mercado que é disputado pelos grandes produtores. Muito mais que venda de insumos agrícolas, a assistência técnica é, também, um meio educativo, no qual o pequeno proprietário tem acesso às noções e práticas desconhecidas até então, especialmente no trato com a terra, a importância da rotação de culturas, utilização adequada de agrotóxicos, numa interação entre produtividade e responsabilidade, produzindo com ética e respeito ao meio ambiente e às gerações futuras. "A educação é um processo social fundamental na vida dos homens. Na cooperação como processo social, produz-se educação, sendo assim, a organização cooperativa, além de seus outros significados, também é um lugar social de educação" (FRANTZ, 2001, p. 3).

Da mesma forma, a construção de estruturas para armazenamento da produção torna-se inviável, senão impossível para os pequenos proprietários, quando pensada isoladamente. Unindo-se em cooperativa, eles podem entregar a sua produção e, dependendo das condições de mercado, deixá-la armazenada nas instalações da cooperativa, estratégicamente aguardando por melhores preços.

Significados e percepções sobre a pequena propriedade e o cooperativismo

Entender os significados e percepções dos associados sobre temas como cooperativismo, pequena propriedade, e, além disso, conhecer as ações cooperativistas mais valorizadas são caminhos que podem levar à compreensão acerca das hipóteses aventadas.

No que diz respeito à necessidade de valorização da produção, a organização cooperativa tem definido, em seu estatuto social (ESTATUTO, 2003), no Capítulo 2, Art. 2º, como objetivo institucional, a "promoção e o desenvolvimento econômico e social dos associados e comunidade, através da agregação de valores à produção agropecuária". Assim, desde que estejam condizentes com as operações da cooperativa, com origem nas atividades dos associados, e que obedecam aos critérios mínimos de qualidade, proceder-se-á ao recebimento da produção dos associados, independente de quantidade, buscando pela maior agregação de valor possível, seja via busca de mercado, seja pela industrialização. Diferentemente das grandes empresas de capital, que escolhem os produtores e negociam preços de produtos específicos e em função de quantidades, o associado pequeno proprietário tem a certeza de que poderá produzir o que é possível na sua propriedade e que esses produtos terão o destino e a remuneração garantidos. Além disso, desde o início da década de 1990, os associados têm votado favoráveis à implementação de unidades in-

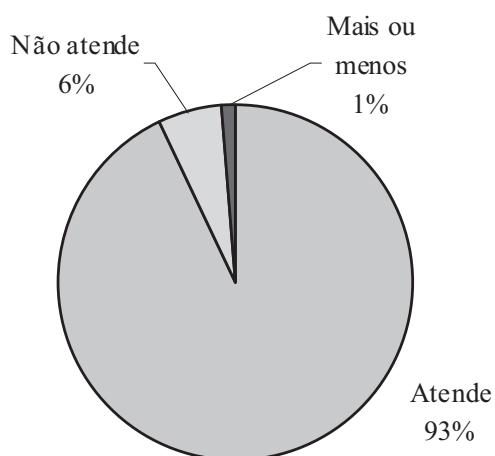
dustriais, como forma de agregar ainda mais valor à produção e possibilitar o ingresso em outras atividades, para possibilitar a diversificação das suas propriedades.

Essas e outras afirmativas, além de estarem no discurso da cooperativa, puderam ser corroboradas com a realização da pesquisa.

Em relação à questão da valorização da produção, 90% dos associados reconheceram que a cooperativa, efetivamente, tem valorizado a produção da pequena propriedade. Os que disseram ser a cooperativa uma entidade que não acrescenta nada em relação às outras empresas somam 9%. A unidade de São Miguel do Iguaçu obteve o maior número de associados que fizeram essa afirmação. Entre os 1% que afirmam que a cooperativa é menos importante que as outras empresas, estão as unidades de Santa Rosa do Ocoy e Matelândia.

Uma outra questão foi desenvolvida buscando confirmar ou não as respostas da pergunta anterior. A questão buscou descobrir se a cooperativa, na visão dos cooperados, atende aos interesses e às necessidades da pequena propriedade.

Figura 2 - A Cooperativa e o Atendimento aos Interesses da Pequena Propriedade



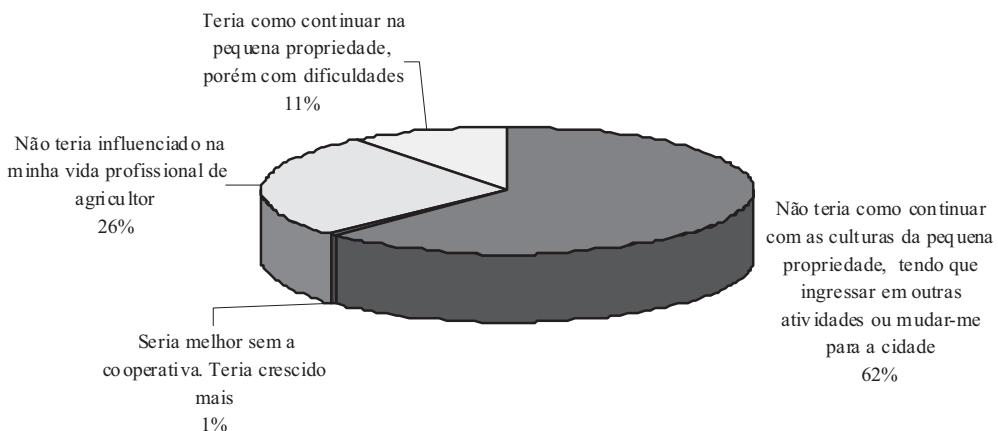
Pode-se, portanto, afirmar que, na média, os associados afirmam ser a cooperativa uma fonte de suprimento de necessidades gerais de condução das atividades das pequenas propriedades.

Instrumento de defesa dos interesses econômicos?

Além das situações já levantadas, especialmente na questão da assessoria técnica e da armazenagem, que, mesmo indiretamente, representam opções para a defesa dos interesses econômicos, buscou-se avaliar a opinião dos associados sobre a importância ou não da cooperativa na defesa dos seus interesses econômicos.

Motivou-se, portanto, os entrevistados ao exercício mental de imaginar a ausência da cooperativa na sua trajetória profissional. Os resultados foram os seguintes:

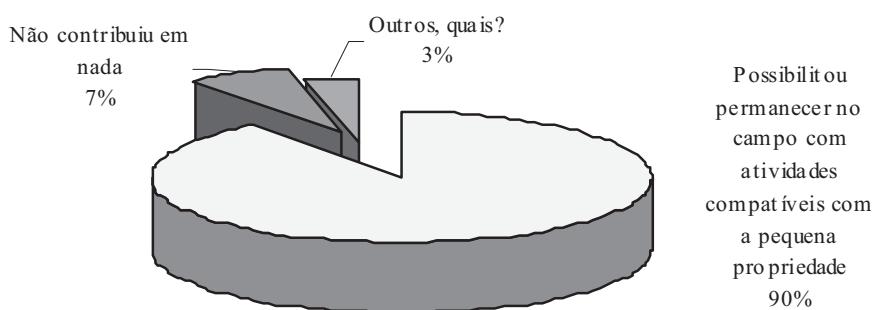
Figura 3 - Opinião dos Associados sobre a Hipótese de Ausência da Cooperativa



Pode-se constatar, dessa forma, que, para a maioria dos associados, a presença da cooperativa é considerada importante na defesa dos interesses econômicos. Contudo, o indicador "não teria influenciado na minha vida profissional de agricultor" também teve representativa significância. Esse número é mais significativo em unidades como São Miguel do Iguaçu e Diamante do Oeste. Essas unidades, também, estão entre as que possuem maiores áreas médias de terra por produtor. Nas unidades de Santa Rosa do Ocoy e São Roque, onde estão as menores áreas médias, a opinião dos associados expressa no indicador "não teria como continuar com as culturas da pequena propriedade tendo que ingressar em outras atividades ou mudar-me para a cidade" foi consideravelmente alto, chegando a 85% e 81%, respectivamente. Os associados da unidade de Missal foram os que mais opinaram sobre a possibilidade de uma continuidade das atividades, no caso de não existir a cooperativa, porém com dificuldades (32%).

Com o intuito de aferir se a cooperativa efetivamente teve contribuição na estabilidade econômica dos pequenos proprietários e, caso positivo, em que contribuiu, a pesquisa evidenciou as seguintes posições a partir das entrevistas:

Figura 4 - Opiniões sobre a Contribuição da Cooperativa para a Estabilidade Econômica dos Associados



Nessa questão, além de ficar mais evidente a opinião positiva dos associados sobre a cooperativa, esta também se destaca como instrumento de fixação dos produtores no campo. Valeria a pena investigar a unidade de Ramilândia, na qual 29% dos associados afirmaram que a cooperativa não influenciou em nada a

sua estabilidade econômica. Também as unidades de São Miguel do Iguaçu e Santa Rosa do Ocoy mereceriam uma investigação mais cuidadosa, já que estes, 14% e 15% respectivamente, opinaram, também, que a cooperativa não contribuiu para a sua estabilidade econômica.

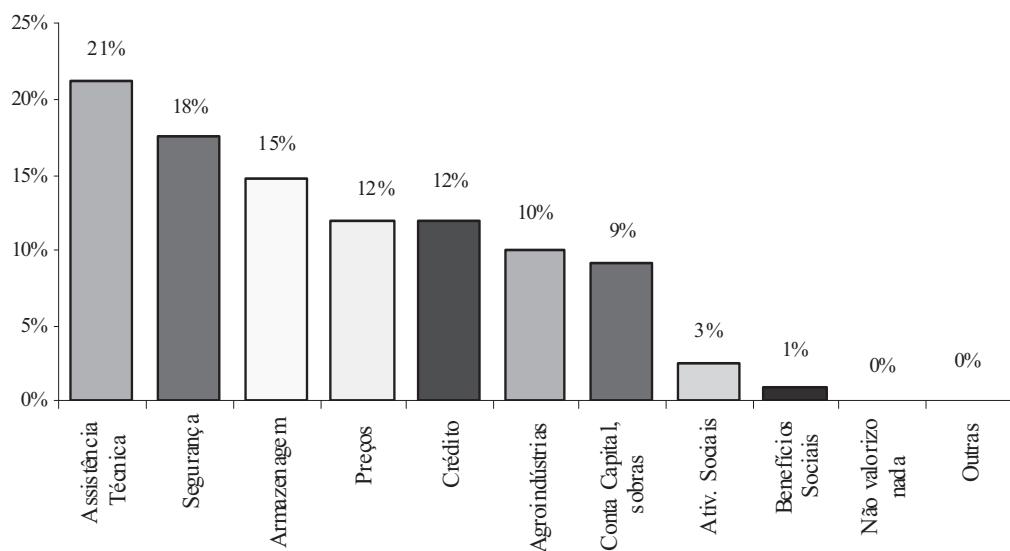
Sobre as outras contribuições para a estabilidade econômica, destacam-se as seguintes opiniões anônimas:

"Segurança. Posso vender quando eu quiser, pois tenho segurança em deixar os produtos armazenados. Além disso, ela oferece contratos de garantia de preço"
 "Contribui, facilita"
 "Opção de comercialização"
 "Aprendi algo em cursos"
 "É uma opção a mais para negociar" (QUESTIONÁRIOS, 2005).

Ações cooperativas mais valorizadas e a presença do elemento identitário

Não muito diferentes das motivações que os levaram a associar-se, as atividades ou aspectos da cooperativa que mereceram uma valorização maior por parte dos associados foram, em nível de importância, Assistência Técnica, Segurança e Armazenagem, que, somadas, representam 54% das opiniões coletadas.

Figura 5 - As Ações mais Valorizadas pelos Associados



É importante mencionar que os questionários foram respondidos pelo associado titular, em sua maioria homens, do que pode se deduzir o papel central que assume quando se trata de questões econômicas.

De uma forma espontânea, em pergunta aberta, buscou-se verificar, também, o que os associados mais valorizam na sua cooperativa. O resultado desse questionamento poderá ser utilizado pela cooperativa como subsídio para avaliar se suas práticas e discursos atuais estão sendo convertidos em melhoria das condições de sobrevivência dos pequenos proprietários, sejam elas econômicas ou mesmo sociais. Em síntese, as respostas foram:

Quadro 1 - Síntese da Questão: o que você mais valoriza na sua cooperativa atualmente?

Segurança	Associado participa nas decisões
Facilidade de comercialização dos produtos	Integridade
Bom atendimento	Igualdade entre os associados
Supermercado	Amizade, 2ª família, as pessoas se conhecem
O coleguismo e as oportunidades que nos oferecem	A seriedade com que a diretoria vem buscando novos mercados para nossos produtos
Parceria	Trabalho com associado e família
Qualidade dos insumos	Preço firme
Organização	Valorização social que a cooperativa exerce
Crédito	É correta, segura
Criatividade	A oportunidade de crescer junto com a família
Responsabilidade	Agricultura e avicultura
Confiança	Incentivo para a agricultura
Dinamismo na questão de agroindustrialização para o setor	No momento atual vejo a cooperativa trabalhando para atender seus objetivos
A valorização do quadro social	Suas indústrias
Possibilita permanecer na pequena propriedade	A preocupação da diretoria com o associado
Valorizo a sensação de ser "dono", participar de uma grande empresa	A cooperativa é muito diversificada em atividades e produtos
O trabalho diversificado do fomento	Quadro social
Significa o segundo lar, valorização, ser humano sem discriminação, garantia do nosso suor.	Assistência técnica. Ótima opção, vende os insumos mais em conta. Valoriza mais os produtos.
Bom atendimento, me sinto em casa	Segurança
Atendimento e emprego	A parte humana; bom atendimento
A estrutura forte que nos dá maior garantia	As atividades sociais

Nota-se que, apesar de, nas questões dirigidas, os fatores econômicos revelarem-se de forma importante, as questões mais voltadas às expectativas de satisfação de necessidades de sociabilização, da expressão da amizade, de busca de um local público de encontro e de compartilhamento, do sentir-se valorizado como agricultor sobressaem, também, com significativa importância. Expressões, como "me sinto em casa", "a sensação de ser dono", "coleguismo", "amizade", "a segunda família", "as pessoas se conhecem", fornecem as premissas para se poder apontar as questões sociais como marcantes e deveras importantes no meio social. O associativismo visto pelo seu sujeito pode ser entendido, ainda, como uma negação às consequências negativas da modernidade, como a impessoalidade, a necessidade da busca incessante pelo sucesso econômico e certo esvaziamento das relações sociais. A expressão do "sentir-se em casa", ao referir-se à cooperativa pode ser analisada como mescla entre oportunidade de satisfação de necessidades econômicas com a de exercício da sociabilidade, manutenção e recriação da cultura e da identidade do agricultor, necessários para a sua satisfação e realização pessoal e familiar. A questão econômica que, a princípio, pode parecer prioritária, é, na verdade, condição necessária e complementar para a sobrevivência, recriação do espaço e crescimento familiar.

A valorização da propriedade como instrumento de sobrevivência, mas também como resultado de “muita luta e trabalho”, traduz o sentimento de conquista e realização pessoal ante as situações adversas por que passaram, seja na terra de onde migraram ou na própria região, cujas dificuldades vêm sendo abordadas no decorrer deste trabalho.

Na questão aberta sobre os significados da pequena propriedade para si e sua família, em síntese, o que se viu, de uma forma ou de outra, em praticamente todas as respostas foram as representações de “sobrevivência” e “tudo”. Esse “tudo”, nas representações dos pequenos proprietários, vem denotar a unicidade de significados, expressos numa fusão entre a importância dada à necessidade de sobrevivência e/ou subsistência, e às suas relações sociais e com a natureza, o que lhes proporciona lazer e vida saudável. Em outras palavras, a pequena propriedade é o local onde o agricultor se autocontempla como sujeito e construtor da sua realidade e, também, é o local onde ele recria seu espaço familiar e projeta sua realização plena.

Em síntese, algumas das opiniões dos associados acerca de suas representações sobre o significado da pequena propriedade.

Quadro 2 - Síntese da Questão: o que a sua propriedade significa para você e sua família?

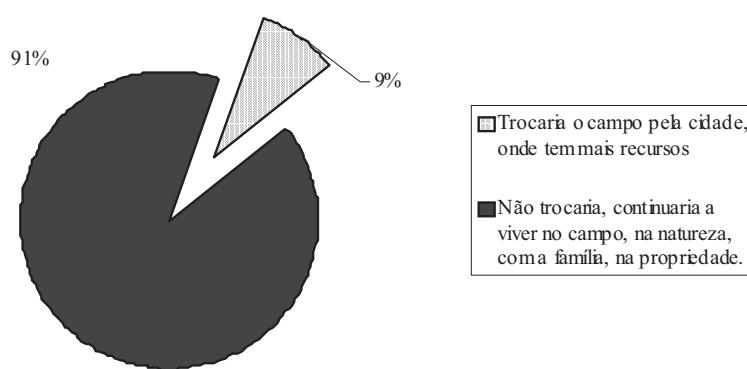
Tudo	Tudo o que tenho, devo à propriedade
Significa muito, pois tiro o meu sustento da terra	É a vida (toda a história)
Segurança, futuro	Significa que sou dono e produzo
Tudo. Se eu não trabalho, não tenho nada	Uma vida adquirida com o tempo
Significa tudo, porque sem ela não poderia dar condição para minha família	Um capital que foi conquistado, forma de ganhar dinheiro
Tudo. Auto-estima, a vontade de superar obstáculos, buscando sobretudo o bem-estar das pessoas que sobre ela vivem	Modelo de porte menor de uma cooperativa, pois é diversificada, dinâmica, funcional e com expectativa de futuro
O meu futuro e dos meus futuros filhos e, principalmente, a minha vida	Significa ter uma forma de viver bem com saúde e sustentabilidade
Um lugar de trabalho	Boa qualidade de vida; crescimento; sustento
É o local onde trabalhamos com prazer, ganhamos dinheiro e nos sentimos bem neste local	Meio de vida, bem-estar, trabalho, nos sentimos felizes, local de encontro familiar, produzimos tudo o que necessitamos. Se pudesse, eu gostaria de ser enterrado na minha propriedade, de tanto que gosto!
Significa ter moradia própria e sustento da família	Conquista, realização
Bem-estar, estar de bem com a natureza	O bem-estar em viver
Significa tudo, porque construí tudo com muito sacrifício	Tudo, a família sobrevive da propriedade, encontramos lazer
É o lastro que assegura um local caso outra empreitada não der certo	Segurança e bem-estar e certeza de estar com os pés no chão
O bem mais importante	Significa tudo o que tenho de melhor
Um pilar, ou seja, tudo	É um bem, com um valor incalculável, pois dali sai o sustento familiar
Significa tudo, vida, liberdade	Estabilidade na área rural a qual não vendo para ir para a cidade
A vida e o trabalho de cada membro da família	A razão do meu viver feliz é a minha propriedade e minha família
O trabalho, vida, lazer	Significa o meio de sobrevivência com dignidade

A questão da identidade pode ser afirmada quando se constata o gosto e o desejo de permanência com a natureza, nas relações sociais que se estabelecem no campo através das reuniões e encontros comunitários, bem como nas expressões de união e serviço voluntário para a consecução de objetivos comuns.

Motivações para o Cooperativismo na Pequena Propriedade

Uma outra forma encontrada para a verificação dessa identidade foi um questionamento acerca de uma possibilidade de mudança de ambiente, no caso de as rendas serem iguais no campo ou na cidade. Consideram-se decisivas as respostas dos associados para a elucidação da questão da identidade:

Figura 6 - Os Associados e sua Identidade com a Vida no Campo



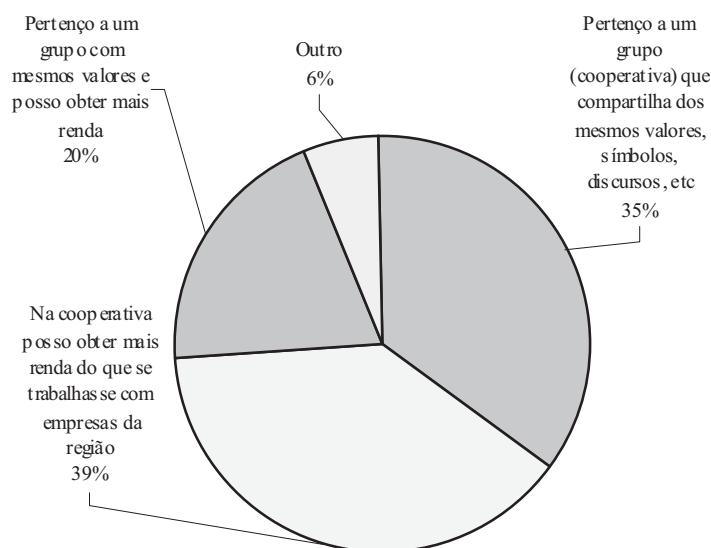
Nessa questão, a preferência maciça pela vida no campo dos pequenos proprietários associados ficou claramente expressa. Eliminando-se a variável econômica, evidenciou-se, com 91% dos associados preferindo permanecer no campo, todo o sentido de pertencimento e satisfação com as coisas e relações sociais criadas e cultivadas no meio rural.

É preciso, no entanto, não descurar de algumas unidades onde foi detectado um maior descontentamento com as atividades e vivência no meio rural. A unidade de Matelândia destacou-se pelo maior índice de descontentamento, com 28% dos associados afirmando que trocariam o campo pela cidade, no caso de rendas iguais. Apesar disso, com base nesses levantamentos acerca das opiniões e sentimentos dos associados, é possível apontar o cooperativismo como um dos mecanismos e instrumentos encontrados para a consecução dessas expectativas dos pequenos agricultores, seja na defesa dos seus interesses econômicos e de valorização da produção, seja na manutenção do seu espaço familiar e da sua identidade. Frantz (2001) já abordava o cooperativismo como forma de resgate de valores identitários. Para o autor,

Movimentos sociais, associações, cooperativas ou outras práticas sociais podem constituir-se em lugares sociais privilegiados para a reconstrução do coletivo, dos laços sociais rompidos, de reconhecimento e identificação social e cultural dos indivíduos (LÉVY, 1999 *apud* FRANTZ, 2001, p. 12).

Por fim, uma questão estaria, juntamente com as demais, auxiliando na resposta à questão central deste estudo, isto é, o porquê de os pequenos proprietários associarem-se e permanecerem na cooperativa. Estruturou-se, portanto, uma questão que levou em consideração duas premissas básicas: a econômica – voltada para a possibilidade de acréscimo na renda monetária – e a social, mormente na defesa e fortalecimento da unidade familiar, da identidade, no apego à natureza, nos laços culturais e no sentimento de pertencimento a um grupo que mantém os mesmos ideais, angústias, dificuldades e desejos. As respostas foram as seguintes:

Figura 7 - Motivos pelos quais os Associados Permanecem na Cooperativa



Considerando-se que existem empresas prestadoras de serviços pretendamente semelhantes aos da cooperativa, especialmente no que diz respeito à venda de insumos e comercialização, mesmo assim a cooperativa é vista, pelos associados, como melhor alternativa de renda do que essas empresas de capital.

Não obstante, além das questões econômicas, com praticamente mesmo grau de importância, estão os sentimentos identitários, de pertencimento a um mesmo grupo de compartilhamento de símbolos, valores, discursos, dentre outros. Se considerarmos os associados que escolheram as duas opções (pertencer a um mesmo grupo e obter mais renda), os associados que consideram a questão da identidade na sua decisão de permanecer na cooperativa somam 55%.

Entre as outras motivações para a permanência, expressas anonimamente, estão:

- “Divisão das sobras”
- “Onde a cooperativa se instala, não sai mais”
- “No final do período (ano) posso resgatar parte do lucro”
- “Porque investimos nas atividades”
- “Porque ajudei construindo”
- “Segurança, assistência”
- “Porque a soma dos pequenos pode formar uma grande força”
- “Garantia nas vendas dos produtos agrícolas”
- “Facilidade de negociação”
- “Comercialização, atendimento de qualidade e produtos”
- “A cooperativa visa mais lucros para o pequeno agricultor, segurança e confiança”
- “Assistência técnica”
- “A força da agricultura brasileira depende em parte das cooperativas”
- “Facilidade de crédito” (QUESTIONÁRIOS, 2005).

Considerações Finais

A realização do presente estudo objetivou examinar a relação existente entre uma estratégia de fortalecimento do pequeno proprietário e o seu comportamento associativo, no universo do cooperativismo agropecuário. Definiu-se, como hipóteses, que essa estratégia estaria materializada na necessidade de defesa dos interesses econômicos, de valorização da produção e de construção da identidade do pequeno proprietário.

Os resultados do estudo de caso demonstraram que o social-catolicismo, concretizado nas relações de cooperação, forneceu as bases para o desenvolvimento do associativismo da região de abrangência da Cooperativa Agroindustrial Lar, no extremo oeste paranaense, especialmente quando da necessidade de colonização de parte daquela região, bem como para fazer frente ao fenômeno da mecanização agrícola, no início da década de 1960. De maneira geral e não se limitando à temporalidade, a realização da pesquisa junto aos pequenos produtores rurais indicou a aceitação das hipóteses formuladas.

Sobre a necessidade de defesa de interesses econômicos, constatou-se a ênfase dada pelo pequeno proprietário a aspectos como assistência técnica e segurança como estratégias de melhoria das suas condições econômicas, constituindo-se nas principais motivações para a associação na cooperativa.

A hipótese de valorização da produção foi confirmada na opinião dos associados, que reconheceram, em sua maioria, a valorização dada pela cooperativa à pequena produção. Além disso, afirmaram que a organização tem atendido aos interesses da pequena propriedade, e enxergam na diversificação de atividades e na agroindustrialização as bases para o seu incremento.

O elemento identidade confirmou-se, também, como hipótese, uma vez que se observou, na opinião dos associados, a importância atribuída aos laços de coleguismo, amizade e sentimento de pertença a um grupo com os mesmos valores e elementos culturais, referindo-se ao ambiente de socialização encontrado na cooperativa.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Hucitec, ANPOCS, Editora da UNICAMP. São Paulo, Campinas, 1998.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). *Gestão integrada a agricultura familiar*. São Carlos: Edufscar, 2005.
- BECKER, D. F. *Competitividade: um novo padrão de regulação e ou normalização*. Estudo & Debate. Lajeado, v. 3, n. 1, p. 69-84, 1996.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Cooperativismo é economia social. *III Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo*, 13. Cuiabá, 2004. Disponível na Internet<<http://www.ocb.org.br>> Acesso em: junho 2008.
- BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999. 326 p.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Teixeira da Silva, F.C., R. Santos, L.F.C. Costa (orgs) *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Ed. Campus/Pronex, 1999.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p.

- ESTATUTO Social da Cooperativa Agroindustrial Lar "Lar", Medianeira, 2003.
- FRANTZ, W. *Educação e cooperação: práticas que se relacionam*. Sociologias n.º 6. Porto Alegre, julho/dezembro 2001.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5a. ed, São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v.35, n.3, Mai./Jun. p. 20-29, 1995.
- LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- LIMA, A. P. et al. *Administração da unidade familiar de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultura*. Ijuí – RS: UNIJUÍ, 2001. p. 145.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.
- NANTES, J. F. D.; LEONELLI, F. C. A estruturação da cadeia produtiva de vegetais minimamente processados. *Revista FAE*, Curitiba. v. 3, n. 3, p. 61-69, set./dez. 2000.
- NEVES, M. F. *Um modelo para planejamento de canais de distribuição no setor de alimentos*. 1999. 297 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999
- QUESTIONÁRIOS respondidos pelos associados da Cooperativa Agroindustrial Lar, 2005.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais: trajectos*. 2. ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.
- RELATÓRIO E BALANÇO. Cooperativa Agroindustrial Lar, dez. 2004. 32 p.
- SCHALLENBERGER, E. *O associativismo cristão no Sul do Brasil – a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e para o desenvolvimento sul-brasileiro*. 2001. 593 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. Social-catolicismo e associativismo cristão: Alemanha e Sul do Brasil. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. v. XXIX, n.2, p. 117-134. Porto Alegre: PUCRS, 2003.
- SCHNEIDER, J.O. Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 3. 2004, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. *Anais ...* Caxambu, MG, 1996.
- WAUTIER, A. M. *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas*. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2001.
- ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas:desafios e tendências. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v.29, n.3, p.23-32, julho/setembro de 1994.

Artigo recebido em 26/03/2007

Artigo aprovado, na versão final, em 14/10/2008